

- LVIII -

AVALIAÇÃO E QUALIDADE: A OBSESSÃO DOS TESTES PADRONIZADOS NO BRASIL

Edite Maria Sudbrack

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil

sudbrack@uri.edu.br

Introdução

Este ensaio de caráter teórico reflete acerca das potencialidades das avaliações em larga escala serem, de fato, desencadeadoras de novas políticas públicas, o que impele a refletir sobre seu gérmen de promoção de maior qualidade e equidade da escola pública.

A metodologia orientadora do texto baliza-se pela produção da literatura pesquisada em nível nacional e internacional, estabelecendo nexos com a realidade vivenciada.

Desenvolvimento

Políticas Educacionais e suas configurações

Tratar do tema da Avaliação em Larga Escala, exige fazer um parêntese para situá-la no cenário da Política Educacional. Sob esta ótica, a formulação das políticas educacionais, especificamente, a avaliação em larga escala, dá-se no contexto de um projeto de sociedade capitalista, de feição neoliberal. O projeto social que abriga as determinações da Política de Educação esteia-se na crença no mercado e no desenvolvimento econômico como razão soberana da formulação de política em educação. Tais pressupostos traçam similaridade entre as políticas educativas dos diferentes países, fenômeno que Dale (2000), nomina de transnacionalização das políticas educacionais. Entre as políticas comuns a vários Estados nacionais insere-se a avaliação em larga escala.

Passadas mais de duas décadas produziram-se vários dados sobre a situação educacional brasileira, sem que culminasse em maior qualidade da oferta, ainda que, quantitativamente, os indicadores tenham evoluído. De todo o modo, os mecanismos de avaliação ainda são imprecisos, não captando os elementos contextuais mais abrangentes que incidem sobre a maior equidade educativa.

Políticas de Avaliação em larga escala

O argumento de que a avaliação constitui-se em mecanismo para aferir a qualidade educativa continua presente na gramática contemporânea. Há que debater se, de fato, a avaliação tem potencial para promover a qualidade da educação, no bojo do princípio da equidade (LEITE; FERNANDES, 2014). Nesta linha de pensamento, faz-se pertinente um estudo acerca dos processos de avaliação em larga escala no Brasil, com o objetivo de refletir, especificamente, acerca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em especial, nas escolas que não atingiram a média proposta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A qualidade alçada ao critério mercadológico tende a valorizar o que pode ser medido, o que pode levar a secundarização das aprendizagens, do espírito crítico, entre outros aspectos que constituem o ato pedagógico. Para Dias Sobrinho (2009), tal estado de coisas acaba levando a uma visão embaçada sobre o ensino e a aprendizagem, empobrecendo os objetivos curriculares, a fim de poder medi-los.

Na perspectiva de obtenção de resultados, são elaboradas provas homogêneas para todo o país, desconsiderando os conhecimentos culturais e sociais de cada região e os contextos nos quais se dão os processos educativos. “A avaliação baseada em provas psicométricas referidas à norma está desenhada para selecionar e não para incluir” (CASASSUS, 2009, p. 76).

Para Sobrinho (2008, p. 202), esses instrumentos “[...] não são suficientes para a compreensão de uma realidade tão complexa como a educação e, se exclusivos, tampouco são instrumentos capazes de levar a grandes transformações pedagógicas”. Mas ela pode ser “[...] um bem comum a serviço da formação dos indivíduos para a vida social, do desenvolvimento institucional e dos projetos do Estado” (idem, p. 205), desde que ajude a “compreender e melhorar a realização dos processos educativos, cognitivos, psicossociais, estruturais e organizacionais” (id. p. 205).

A Avaliação produz políticas?

A tese de que a avaliação em larga escala “mede” a qualidade, traz implicações de grande envergadura. Mais do que construir escores quantitativos, há que considerar o gargalo de aprendizagem já denunciado, o que remete ao direito de todos e de todas a uma educação de qualidade. A narrativa de que a avaliação constitui-se em mecanismo para aferir a qualidade educativa, perpassa a gramática contemporânea, influenciada pelos preceitos da competitividade, eficácia e eficiência tão caras ao mercado.

Com efeito, as medidas resultantes dessas avaliações não se constituem, por si só, em avaliação, pois uma medida indica o quanto se atingiu numa determinada escala e a avaliação é o julgamento desse resultado em função de critérios para os quais a interpretação pedagógica é parte insubstituível do

processo avaliativo, que, também, deve levar em consideração as condições específicas de cada rede e escola (ALAVARSE, 2014).

A polissemia do conceito de qualidade exige reflexões. De forma equivocada restringe-se o sentido de qualidade apenas aos indicadores quantitativos. Conforme ensina Gatti (2012), as avaliações em larga escala constituem-se como a grande política educacional e também de currículo, redundando em novas políticas de educação, na esteira de maior equidade educativa.

Nesta conceituação, mais que definir ou estreitar o significado de qualidade da educação há que alargá-lo, pois impõe considerar a necessidade de analisar todo o contexto que envolve a educação, desde as condições socioeconômicas dos alunos até a formação de seus professores, perpassando metodologias, estruturas físicas e pedagógicas, entre outras.

A avaliação como indutora da política educacional revela seu protagonismo, expressa, portanto, sua interferência nas demais políticas em escala nacional, local ou global. O salto substantivo exige, segundo Dias Sobrinho (2000), a superação da simplificação do processo, não reduzindo-o a um ato técnico, mas para além da obsessão da medida, situá-la com potencial político para conduzir a reflexões e tomadas de decisões.

Conclusão

Não se pode negar a necessidade de avaliação, no sentido de aperfeiçoar o trabalho dos docentes, rever decisões e retomar o planejado, compreender a realidade da escola. Convindo com Guerra (2002), a avaliação tem um papel precípua que é qualificar a prática desenvolvida nas escolas, portanto, não pode ser considerada uma questão menor no decorrer do processo educativo. Tal preceito dificilmente se atinge com avaliações padronizadas.

Referências bibliográficas

AFONSO, N. **Avaliação e desenvolvimento organizacional da escola**. In: SIMPÓSIO SOBRE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR, 2., 2002, Aveiro.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A avaliação escolar: características e tensões**. Cadernos de Educação (Brasília), v. 26, p. 41-56, 2014.

CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 09, p. 71-78, mai./ago., 2009.

CORREIA, José Alberto. **Paradigmas e cognições no campo da administração educacional: das políticas de avaliação a avaliação como política**. In: Revista Brasileira de Educação - v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

DIAS, Sobrinho, J. Avaliação da educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000. FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 26 p. 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas de avaliação em larga escala e a questão da inovação educacional** In: Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 33, p. 29-37, jan./jul. 2012.

LEITE, C.; FERNANDES, P. **Avaliação, qualidade e equidade**. Avaliação, Campinas, v.19, n.2, p.421-438, jul/2014.

PRESTES, E. M. T. **A relação entre educação de jovens e adultos e as propostas de desenvolvimento na América Latina e Caribe**: Comentários apartir da VI CONFINTEA. (texto sometido a publicação). 2014.

SANTOS, Guerra, M. **Entre bastidores: o lado oculto da organização escolar**. Porto: Edições ASA, 2002

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar., 2008.

SOUSA, S. & OLIVEIRA, R. **Sistemas de avaliação educacional no Brasil**: característica, tendências e uso dos resultados. Relatório final. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2007.